



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

1 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 2 16 DE DEZEMBRO DE 2021

3 Aos dezesseis (16) dias do mês de dezembro dois mil e vinte e um (2021), às oito horas e vinte (8h20), iniciou-se a décima
4 (10ª) Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Franca, sendo realizada presencialmente na
5 Secretaria de Ação Social, sito Av. Champagnat, nº 1750 – Centro – Franca/SP. A reunião foi coordenada pelo presidente e
6 representante titular da sociedade civil, representando as Organizações de Trabalhadoras e Trabalhadores da Assistência
7 Social, Senhor Óiter Cassiano Marques. Estiveram presentes na reunião onze (11) conselheiros(as), sendo cinco (05) da
8 Sociedade Civil e seis (06) do Poder Público, com (as)os seguintes **Conselheiros(as) Titulares:** Alessandra Aparecida da
9 Silva, Óiter Cassiano Marques, Roberta Pucci de Melo, Ana Paula Pinto Marafiga, Jandira de Almeida Ramos e Leandro
10 Ferreira. **Conselheiros(as) Suplentes na Titularidade:** Yheda Maria Lanes Gaioli, Marcia Tomie Nakao, Carlos Eduardo
11 dos Santos e Eder Furtado Ribeiro **Conselheiros(as) Suplentes:** Sulia das Neves Nascimento. A reunião foi exclusiva para
12 conselheiros. A pauta da reunião, após aprovação, foi a seguinte: 1 – Ordem do dia: – Chamada e Verificação de quorum;
13 Apresentação das justificativas dos conselheiros ausentes. 2. Aprovação da pauta. 3. Assuntos – 3.1 - Apresentação de
14 parecer para deliberação do colegiado – Inscrição SCFV – Proreavi (Sulia e Ana Paula); 3.2 – Apresentação de parecer
15 para deliberação do colegiado – Denúncia Recebida (Carlos e Sulia); 3.3 - Apresentação de Proposta para Deliberação
16 do CMAS sobre nova Emenda Parlamentar – R\$ 500.000,00; 3.4 – Apresentação de relatório e parecer para deliberação
17 do colegiado – visitas de acompanhamento: 3.4.1 – CRAS Sul – (Éder e Wagner); 3.4.2 – FEAPAES – (Jandira e
18 Jussara); 3.4.3- CREAS I (Sulia e Patricia); 3.4.4– CRAS Norte – (Viviane e Suzana) –(assunto reconduzido); 3.4.5 –
19 FEJI - Residências Inclusivas – (Viviane e Andreia) –(assunto reconduzido); 3.4.6 – PROREAVI – casa de passagem
20 (Viviane e Laura) – (assunto reconduzido); 3.5 – Deliberação sobre inscrição da Sociedade Espirita Legionárias do
21 Bem. O Presidente Óiter iniciou a reunião cumprimentando os(as) conselheiros(as) presentes e solicitou que a verificação
22 do quórum e a chamada fossem realizadas. Verificado e confirmado o quórum, com a presença de dez (10) conselheiros(as)
23 titulares ou suplentes na titularidade, foram apresentadas as justificativas de ausência dos(as) seguintes: Ketelin – Ricardo
24 Berbel Martin, Rosemar da Silva, Viviane Cristina Silva Vaz Ribeiro, Josiane Aparecida Antunes de Campos, Laura
25 Cristina Gomes Lima, Wagner José de Oliveira, Lais de Carvalho Souza, Jussara Barreto, Simone Martins Ramos, Andréa
26 Fernanda de Faria Sousa, Susana Mendes de Carvalho, Sílvia Helena Bertolino dos Santos e Luís Otávio Montelli. Logo
27 após, foi lida a pauta, que também foi aprovada com a recondução dos itens 3.4.4; 3.4.5 e 3.4.6 para a próxima reunião
28 extraordinária do exercício de 2022. Assim, iniciou-se a discussão do item 3.1 - Apresentação de parecer para deliberação
29 do colegiado – Inscrição SCFV – Proreavi (Sulia e Ana Paula). O presidente Óiter passou a palavra para a conselheira
30 Ana Paula, que informou que a análise da inscrição do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças e
31 Adolescentes - SCFV da PROREAVI foi realizada por ela e pela conselheira Sulia. A mesma explicou que a inscrição do
32 SCFV da instituição foi cancelada recentemente, uma vez que a mesma informou o conselho que não executaria mais o
33 referido serviço. Disse que a instituição alegou que a falta de recurso público em conjunto com a pandemia, fez com que
34 tivessem dificuldades para manter aquele serviço. Contudo, após o cancelamento, a entidade solicitou novamente a
35 inscrição no conselho, uma vez que ao comunicar a interrupção das atividades, as famílias começaram a relatar sobre o
36 quão essa decisão teria impacto na vida das crianças e comunidade. Assim, mediante essa situação, a diretoria resolveu
37 continuar executando o serviço de convivência. A conselheira Sulia pontuou sobre a qualidade do serviço da instituição,
38 sendo ela uma referência para a região Sul. Roberta questionou se já participaram de chamamentos públicos e Ana Paula

39 informou que não, porém há interesse em executar o serviço em parceria com a prefeitura e, sendo assim, aguardam
40 chamamentos no início do ano. Disse que o espaço atual é pequeno, porém a instituição tem buscado locais na região que
41 atendam as orientações e protocolos sanitários. A Secretária Executiva do CMAS, Maria Amélia e o Presidente Óiter
42 questionaram se a instituição tem a compreensão e se estão executando o serviço de acordo com as orientações técnicas,
43 uma vez que, anteriormente, manifestaram a intenção de executar o contra-turno escolar. Ana Paula relatou que a instituição
44 precisa de um acompanhamento mais sistemático do Órgão Gestor da Assistência Social, ainda que não tenha
45 cofinanciamento público, pontuando que todos os serviços que não tem cofinanciamento necessitam de uma maior
46 proximidade da gestão. Maria Amélia ressaltou a importância deste acompanhamento e da maior aproximação junto as
47 OSCs não cofinanciadas, uma vez que a partir da inscrição no conselho elas fazem parte da Rede SUAS. Sulia salientou
48 que hoje observa-se um grande avanço da entidade na compreensão do SCFV, ainda que tenham questões a melhorar, pois
49 já atuam na perspectiva dos percursos a serem seguidos, conforme orientações técnicas. Ana Paula relatou também que a
50 instituição está se articulando com o Conselho da Criança e do Adolescente, buscando recursos, para dar seguimento em
51 seus serviços e que, inclusive, conseguiram arrecadar um valor considerável do Imposto de Renda. Óiter reforçou a
52 importância da gestão e conselho acompanharem os serviços executados pela entidade e em seguida solicitou a deliberação
53 do colegiado sobre a inscrição do serviço, ao que o colegiado deliberou favoravelmente. Seguiu-se para o próximo item [3.2](#)
54 **– Apresentação de parecer para deliberação do colegiado – Denúncia Recebida (Carlos e Sulia)**; O Presidente Óiter
55 apresentou o assunto relatando que o acolhimento da denúncia e a visita foram realizadas pelos conselheiros Carlos
56 Eduardo e Sulia, passando a palavra para os dois. O conselheiro Carlos iniciou a apresentação informando que um usuário
57 do serviço de acolhimento noturno procurou um profissional do Centro Pop para relatar situação ocorrida no local, na qual
58 o mesmo sentiu-se desrespeitado e por esse motivo solicitou que pudesse ser ouvido pelo CMAS. O relato foi encaminhado
59 por e-mail ao CMAS e a demanda foi encaminhada para a Comissão de Acompanhamento à Rede Socioassistencial e os
60 conselheiros Sulia e Carlos, assumiram o trabalho de apuração. Fizeram inicialmente a escuta do usuário e em seguida
61 estiveram na instituição, sendo que a visita foi realizada mediante agendamento prévio. Carlos relatou também que
62 ocorreram algumas discordâncias entre ele e a conselheira Sulia em relação aos procedimentos de apuração da denúncia.
63 Após apresentação dos fatos e debate, os conselheiros destacaram a importância do diálogo entre os conselheiros e o
64 estabelecimento de combinados na apuração de denúncias. Destacou-se também a necessidade do colegiado elaborar um
65 documento que estabeleça um protocolo com a definição de procedimentos a serem adotados nos casos de denúncias. A
66 seguir, o relatório foi lido na íntegra, conforme decisão do colegiado. Em síntese, o relatório apresentou as informações de
67 todo o processo de apuração da denúncia recebida pelos conselheiros. Dentre as principais questões apresentadas e
68 discutidas destacou-se: o relato do usuário sobre a falta de clareza nas regras de convivência, observando-se que as mesmas
69 não foram construídas coletivamente, pois utilizaram-se do modelo já definido anteriormente pelo Centro Pop; a
70 coordenadora do serviço apontou como dificuldade a rotatividade dos trabalhadores do serviço e também a ausência de um
71 técnico de nível superior para trabalhar com as pessoas atendidas; foi apresentada como se dá a reserva de vagas do serviço,
72 situação que gera conflitos, uma vez que existe demanda reprimida, e desta forma alguns usuários ficam sem atendimento;
73 outro ponto discutido referiu-se à importância da formação de todos os trabalhadores do serviço, uma vez que observa-se
74 que algumas situações geradoras de conflitos perpassam pela ausência de formação continuada. Foram realizadas
75 discussões acerca da proposta de que um técnico de nível superior componha a equipe do serviço, sendo apontado que esse
76 trabalho é realizado pelo técnico de referência do Centro POP, e ainda que a articulação e referenciamento dos serviços

77 precisa avançar. Foi pontuado por alguns conselheiros que todos os trabalhadores do SUAS devem ter a capacidade de
78 realizar o acolhimento dos usuários, compreender as seguranças afiançadas do SUAS e que isto perpassa a questão da
79 formação continuada. Destacou-se também a importância de fortalecer o papel do cuidador nos serviços de acolhimento,
80 que é de suma importância. A conselheira Sulia pontuou que, diante dos relatos, observa-se que houve a violação de direitos
81 e o desrespeito ao usuário. Carlos complementou que o funcionário, citado pelo usuário como autor dos fatos, foi demitido,
82 porém não foi essa denúncia que culminou na dispensa do funcionário e sim outras situações que fizeram com que a
83 entidade identificasse que ele não teria perfil para o trabalho, conforme informações da coordenadora. Ao final das
84 discussões definiu-se por encaminhar o Relatório para a Entidade e para a Gestão, com algumas recomendações, sendo
85 elas: as normas e regras do serviço devem ser construídas em conjunto com os usuários e a coordenação da entidade,
86 devendo estar explícitas para que todos a compreendam; faz-se necessária uma maior aproximação com o serviço de
87 referência a fim de discutir as questões relatadas para buscar os alinhamentos necessários na execução do serviço, bem
88 como no acompanhamento aos usuários; a importância da formação continuada de todos os trabalhadores (técnicos de nível
89 superior, profissionais de nível médio ou fundamental) que atuam nos Serviços para a População em Situação de Rua,
90 sendo que este processo deve ocorrer em conjunto com a Gestão da Assistência Social; sugere-se também avaliar a prática
91 das reservas de vagas, que causam transtornos e conflitos. Finalizando as discussões sobre a denúncia, foi passado para o
92 próximo item **3.3 - Apresentação de Proposta para Deliberação do CMAS sobre nova Emenda Parlamentar – R\$**
93 **500.000,00.** O presidente Óter apresentou a pauta e passou a palavra para a conselheira Jandira que informou a indicação
94 de uma nova Emenda Parlamentar, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), que foi encaminhada à Gestão pelo
95 Gabinete do Prefeito. Disse que é um recurso de incremento temporário referente à pandemia e destinado para utilização
96 em custeio. Apresentou um documento que traz orientações sobre emendas e as formas permitidas de aplicação dos
97 recursos. Demonstrou que a proposta da gestão é utilizar o recurso na Proteção Social Básica, em quatro itens, por meio de
98 contratação de serviços de terceiros - Pessoa Jurídica: 1) reparos, consertos, pinturas, reformas e adaptações para
99 acessibilidade; 2) locação de veículos, máquinas e equipamentos; 3) deslocamento de usuários para participação nas
100 atividades; e 4) prestação de serviços técnicos profissionais. Alessandra destacou que o recurso poderia prever um formato
101 de locomoção dos usuários que não tem condições de utilizar o transporte público. Ana Paula pontuou que a gestão tem
102 buscado estratégias para garantir o atendimento dos usuários de acordo com as especificidades de cada um e que outras
103 emendas poderão ser destinadas para esse fim. O colegiado deliberou favoravelmente à aplicação do recurso na Proteção
104 Social Básica, conforme proposta da gestão. Considerando que as informações chegaram por intermédio do gabinete, faz-se
105 necessário aguardar maiores informações, bem como, a inserção da mesma no sistema SIGTV para que o conselho possa
106 realizar os devidos procedimentos de elaboração da resolução e inserção de parecer. **3.4 – Apresentação de relatório e**
107 **parecer para deliberação do colegiado – visitas de acompanhamento: 3.4.1 – CRAS Sul – (Éder e Wagner);** A visita
108 de acompanhamento foi realizada pelos conselheiros Éder e Wagner. O conselheiro Éder apresentou o relatório da visita no
109 CRAS Sul. Disse que foram recebidos pela coordenadora Sulia das Neves Nascimento, que apresentou o espaço, a equipe e
110 o trabalho realizado. Informou que o CRAS atende cerca de 50 (cinquenta) bairros, com o referenciamento de cerca de 5
111 (cinco) mil famílias. As dependências são parcialmente adaptadas para pessoas com deficiência, uma vez que ainda restam
112 espaços sem acessibilidade e também a ausência de equipamentos de tecnologia assistida. Os apontamentos feitos pelos
113 conselheiros referem-se as demandas exacerbadas de serviço em razão da extensa área territorial. Também foi pontuado
114 sobre a questão da acessibilidade não apenas para pessoas com deficiência física, como dar acesso as pessoas com

115 deficiência motora, auditiva e visual. E, por fim, no que se refere à equipe de referência, a unidade não conta com
116 profissionais de nível médio, conforme previsto na NOB/RH-SUAS. Alessandra pontuou que observou um avanço na
117 composição da equipe, porém destacou a necessidade de implantação de mais unidades estatais no município. Ana Paula
118 informou que no próximo ano a equipe gestora pretende realizar um estudo dos territórios e redistribuição dos bairros, com
119 a participação do CMAS. Jandira pontuou que com a pandemia as demandas aumentaram consideravelmente, e que, com
120 relação às equipes técnicas, disse que logo no início do ano será aberto concurso público para contratações. Finalizada a
121 apresentação, Maria Amélia lembrou que o colegiado já havia definido que os relatórios das unidades estatais com os
122 apontamentos do CMAS serão encaminhadas à Gestão, ao final de todas as apresentações, ficando assim, reafirmado. **3.4.2**
123 **= FEAPAES – (Jandira e Jussara);** Oiter passou a palavra pra conselheira Jandira, que realizou a visita com a conselheira
124 Jussara. Jandira apresentou o relatório e informou que a FEAPAES é uma entidade de assessoramento e defesa de direitos
125 voltados para a pessoa com deficiência. Disse que foram recebidas pela assistente social Aline Lima e pela Patricia Dupim,
126 que apresentaram o local e o trabalho realizado. A sede da instituição é própria sendo uma construção nova e bastante
127 espaçosa. A federação conta com uma equipe de diversos profissionais de nível superior, médio, fundamental, além dos
128 estagiários. Prestam assessoria e monitoramento à 307 APAES do Estado de São Paulo, em 4 áreas (assistência social,
129 saúde, educação e jurídica), utilizando a plataforma Argus para registro de todo o trabalho realizado. A maior demanda é da
130 Assistência Social, segundo relato da assistente social Aline. Como recomendação, as conselheiras pontuaram a
131 necessidade de adaptação do imóvel para acesso para o segundo andar do prédio, uma vez que o mesmo é feito apenas por
132 escadas, impossibilitando a circulação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nesse espaço. A conselheira Ana
133 Paula perguntou qual a fonte de recursos para manutenção da instituição, sendo apresentado o quadro de recursos constante
134 do Plano de Ação. Como encaminhamento definiu-se pelo encaminhamento do relatório para a Federação com a
135 recomendação apontada. Dando continuidade à reunião, passou-se ao item **3.4.3- CREAS I (Sulia e Patricia);** A visita foi
136 realizada pela conselheira Sulia acompanhada da conselheira Patricia. Sulia informou que foi recebida no local pela
137 coordenadora Gabriela Cristina e em seguida passou a apresentar o Relatório da visita no CREAS I. Com relação ao espaço
138 físico, pontuou que o local contempla a necessidade para os atendimentos, entretanto, as portas são estreitas, possui degraus
139 na entrada o que dificulta a locomoção de cadeirantes e os banheiros não são adaptados. O imóvel é antigo e alugado, sendo
140 esse um fator que dificulta a realização de adaptações. Ainda com relação ao espaço físico, as conselheiras pontuaram que
141 todos os profissionais da equipe técnica permanecem alocados na mesma sala, que apesar de ser grande, permanece fechada
142 quando faz frio, o que não está em consonância com as medidas de prevenção e recomendações da vigilância sanitária e
143 OMS, neste período de pandemia. A localização é de fácil acesso, ficando próximo aos pontos de ônibus. A equipe de
144 referência ainda não contempla o que prevê a NOB SUAS-RH, tendo a necessidade de contratação de profissionais de nível
145 superior (advogado e psicólogo), profissionais de nível médio e auxiliar administrativo. Com relação à profissional de
146 psicologia destacaram que apenas uma profissional é insuficiente diante da complexidade dos casos atendidos. Finalizada a
147 apresentação, definiu-se pelo mesmo encaminhamento acordado anteriormente pelo colegiado de encaminhar os relatórios
148 das unidades estatais ao final das apresentações, conjuntamente. **3.5 – Deliberação sobre inscrição da Sociedade Espirita**
149 **Legionárias do Bem;** Maria Amélia informou que encaminhou um e-mail à entidade conforme definido pelo colegiado,
150 com prazo de resposta sobre a manifestação de interesse de continuar inscrita no CMAS. A instituição não se manifestou,
151 porém ao verificar o e-mail, observou-se que a data proposta estava incorreta, neste sentido, definiu-se que a Secretária
152 Executiva fará contato telefônico com a instituição para solicitar a resposta formal. O colegiado definiu que caso a entidade



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

153 manifeste a intenção de manter a inscrição o parecer é favorável, pelo prazo previsto na normativa do CMAS. Caso não
154 tenham interesse a inscrição será cancelada, sem necessidade de retomar o assunto para a pauta. Nada mais havendo a ser
155 tratado, a reunião foi encerrada às onze horas e quinze minutos (11h15), tendo sido gravada para consulta dos conselheiros
156 que solicitarem. Eu, Maria Amélia Facioli Vergara, secretária-executiva deste CMAS, lavrei a presente ata, que uma vez
157 lida e aprovada será anexada a lista de presença.